

BC REPETE RECEITA USADA NA CRISE RUSSA

Adriana Chiarini
Da equipe do **Correio**

O Banco Central começou a praticar ontem o que anunciara na segunda-feira: taxas de juros mais altas para impedir uma desvalorização excessiva do real frente ao dólar e o aumento da inflação. A taxa pela qual o mercado negocia os títulos públicos, chamada Selic, e que serve de referência para todos os outros negócios, passou de 29% para 32% ao ano.

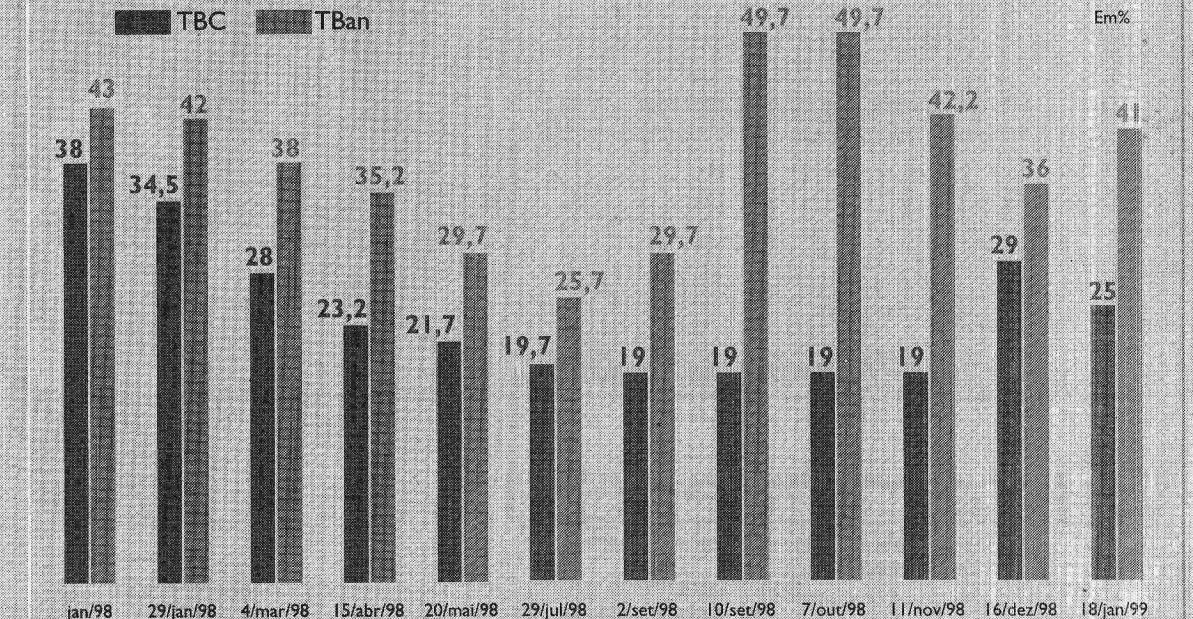
A partir de agora, volta o sistema adotado na crise russa e suspenso em dezembro último. O BC vai administrar a cotação dos juros no mercado diariamente através da negociação dos títulos públicos. Eles podem chegar ao teto de 41% ao ano fixado pela Taxa de Assistência do Banco Central (TBAN), se o mercado continuar a puxar a cotação do dólar para cima.

O BC anunciou também na segunda-feira que passaria a usar somente a TBAN, ou os 41%, nas linhas de assistência aos bancos, o chamado redesconto. O que significa que a instituição bancária que quiser recorrer a esses empréstimos vai ter que pagar uma taxa de juros punitiva. Isso evita que usem essa linha de crédito para comprar dólares e especular. Quanto maior a procura de dólares, maior fica a cotação. O BC tem interesse em reduzir o volume de reais na mão dos bancos para evitar que eles comprem mais dólares.

Vários fatores influem no cálculo dos juros cobrados por bancos e empresas. O principal é a taxa administrada pelo BC. Isso porque a aplicação em títulos públicos é considerada a mais segura pelos bancos.

JUROS NO BRASIL

A TBC (Taxa do Banco Central) e a TBan (Taxa de Assistência do Banco Central) servem como piso e teto dos juros de negociação dos títulos públicos no mercado. A TBC foi suspensa na segunda-feira.



Um título comprado hoje pode ser revendido amanhã para outra instituição se o banco vendedor necessitar de dinheiro vivo. Por isso também os negócios com papéis do governo têm rendimento menor em comparação a outras aplicações no mercado. Os bancos aceitam receber juros mais baixos porque consideram esta uma aplicação mais segura.

Tudo muda na hora que os bancos emprestam recursos para empresas e pessoas físicas. Neste caso, precisam dar um prazo para receber o dinheiro de volta. Se no dia seguinte ao empréstimo necessitarem de dinhei-

ro, não podem obrigar a pessoa ou a empresa a pagá-lo antecipadamente. Também não é muito fácil negociar com outro banco o direito de receber por aquele empréstimo, como é feito com os títulos públicos.

Além disso, o risco de o empréstimo não ser pago na data do vencimento é muito maior, no caso dos empréstimos concedidos a empresas ou pessoas físicas. O banco tem dificuldades para avaliar exatamente qual a situação financeira de uma empresa quando libera um empréstimo.

As instituições financeiras contam como despesa tudo o que pagam de

impostos. O que o banco perde porque deixou seu dinheiro parado, rendendo pouco ou, como manda a lei, depositado no BC sem remuneração, também é computado como custo. Como qualquer empresa, os bancos embutem todos os seus custos no preço dos serviços e acrescentam uma margem de lucro. E os juros são o preço cobrado para emprestar.

Enfim, as taxas de juros administradas pelo BC influem nas que serão cobradas pelo cidadão comum porque são as taxas mínimas pelo qual o banco aceita emprestar. Se sobem, as outras tendem a subir também.